



7° SIMULADO

Regular de Procuradorias

Simulado Regular de Procuradorias

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Procuradorias;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-04-12-2021>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. Pode-se classificar os direitos que tem como objetivo assegurar a soberania popular por meio da garantia de influência direta ou indireta nas decisões políticas do Estado como:

- a) Direitos Políticos de Primeira Dimensão.
- b) Direitos Políticos de Segunda Geração.
- c) Direitos Políticos de Terceira Dimensão.
- d) Direitos Sociais de Primeira Dimensão.
- e) Direitos Sociais de Segunda Geração.

02. Analise as situações a seguir:

I. Garantia do Contraditório e Ampla Defesa em Processos Judiciais.

II. Exercício do Direito de Resposta Por Particular em Razão de Matéria Jornalística Considerada Difamatória.

III. Garantia do Contraditório e Ampla Defesa em Processos Administrativos Particulares.

Referidas situações resultam da:

- a) Eficácia Vertical dos Direitos Fundamentais.
- b) Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais.
- c) Eficácia Diagonal dos Direitos Fundamentais.
- D) Eficácia Vertical dos direitos fundamentais, no item I, e Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais, nos itens II e III.
- e) Eficácia Vertical dos direitos fundamentais, no item I, e Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais, no item II e Eficácia Diagonal dos Direitos Fundamentais, no item III.

03. A Constituição que se classifica como mera plataforma de partida, assumindo a tarefa básica de assegurar apenas as condições possibilitadoras de uma vida em comum, mas já sem pretender realizar diretamente um projeto predeterminado de vida comunitária, corresponde à concepção de Constituição:

- a) Em Branco.
- b) Aberta
- c) Moldura.
- d) Papel.
- e) Dúctil.

04. Sobre hermenêutica constitucional e métodos hermenêuticos, assinale a opção correta.

- a) A filtragem constitucional da hermenêutica contemporânea dispensa a distinção entre regras e princípios.
- b) De acordo com o método estruturante, o texto constitucional é ponto de partida da atividade do intérprete, mas nunca limitador da interpretação.
- c) Segundo o método tópico, a aplicação de uma norma constitucional deve ser condicionada às estruturas sociais que delimitem o seu alcance normativo.
- d) O princípio da concordância prática da Constituição orienta o intérprete a conferir maior peso aos critérios que beneficiem a integração política e social.
- e) Os princípios são mandamentos de otimização, como critério hermenêutico, e implicam o ideal regulativo que deve ser buscado pelas diversas respostas constitucionais possíveis.

05. Quanto à ADI e aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade na jurisprudência nacional, assinale a opção correta.

- a) Não se admitem recursos opostos por *amicus curiae* nas ADIs, salvo Embargos de Declaração para impugnar decisão monocrática de inadmissibilidade da sua intervenção.
- b) A alteração de disposição constitucional por emenda superveniente prejudica o julgamento de ADI proposta com esse fundamento, mesmo em situações excepcionais.
- c) Não é possível a cumulação de pedidos de declaração de inconstitucionalidade de normas de natureza federal e estadual na mesma ADI.
- d) A declaração de inconstitucionalidade de norma estadual por tribunal local com efeito erga omnes não acarreta na perda de objeto de ADI ofertada em face da mesma norma perante o STF.
- e) Não se pode conhecer ADI como ADPF, ainda que presentes os requisitos.

06. Editada Medida Provisória pelo Governador do Estado X, sobreveio a sua aprovação pela Assembleia Legislativa respectiva, após emendas relacionadas à matéria tratada na MP propostas pelos Deputados Estaduais ao Projeto de Lei de Conversão.

A Lei então aprovada:

- a) É inconstitucional, por não se admitir emendas ao projeto de lei de conversão de Medida Provisória.
- b) É constitucional, uma vez que não existem restrições quanto ao poder de emenda parlamentar.
- c) É constitucional, haja vista a pertinência temática da emenda aprovada.
- d) É constitucional, uma vez que emendas parlamentares necessitam apenas demonstrar a existência de fonte de custeio, se resultarem aumento de gastos públicos.

e) É inconstitucional, por violar a separação dos poderes.

07. Lei estadual que impõe aos prestadores privados de serviços de ensino a obrigação de estender o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes é:

- a) Constitucional, por versar sobre direito do consumidor.
- b) Inconstitucional, em que pese seja produto do exercício da competência concorrente.
- c) Constitucional, por não se tratar de matéria de competência privativa da União.
- d) Inconstitucional, por versar sobre direito civil, cuja competência é da União.
- e) Inconstitucional, uma vez que cabe somente à União legislar sobre o ensino.

08. Duas ações diretas de inconstitucionalidade foram julgadas procedentes: uma, em razão de vício de iniciativa; outra, em razão do desrespeito ao princípio da anterioridade tributária pelo tributo que seria por ela criado, culminando, sem alteração na sua redação, em decisão que afastou a sua aplicação no mesmo ano em que iniciou sua vigência.

Nas situações descritas, temos a aplicação da(s) técnica(s) de decisão de inconstitucionalidade:

- a) declaração de nulidade total e declaração de nulidade parcial sem redução de texto, respectivamente.
- b) declaração de nulidade por arrastamento e a interpretação conforme, sem redução de texto, respectivamente.
- c) declaração de nulidade total em ambos os casos.
- d) declaração de nulidade parcial em ambos os casos.
- e) declaração de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a constituição, respectivamente.

09. Julgue os seguintes itens.

I Lei anterior não é considerada inconstitucional em relação à Constituição posterior.

II O poder constituinte derivado reformador, ou poder constituinte difuso, é o responsável pelo surgimento das mutações constitucionais.

III Se o conteúdo for compatível, a norma anterior será recepcionada, desde que sua forma seja ainda admitida pela Constituição superveniente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

10. Quanto à carreira de procurador do estado, assinale a opção correta.

- a) O cargo de procurador do estado não integra o quadro de funções essenciais à justiça.
- b) O Procurador do Estado, resumidamente, tem como única função prestar consultoria jurídica ao ente público que lhe emprega.
- c) O procurador do estado se torna estável após dois anos no exercício de suas funções, preenchidos os demais requisitos legais.
- d) A remuneração do procurador deve consistir exclusivamente em subsídio fixado em parcela única.
- e) A participação da OAB somente é obrigatória na primeira fase do concurso para procurador do estado.

11. Considerando a ordem social como estabelecida na CF/88, que objetiva o bem-estar e a justiça social, assinale a opção correta.

- a) A proteção da maternidade, em que pese seja um dos objetivos da seguridade social, é garantida mediante o cumprimento de carência.
- b) Admite-se a destinação de recursos públicos a instituições privadas que participem do sistema único de saúde, para auxiliar em suas atividades, independente dos seus fins.
- c) Dentre as diretrizes do serviço público de saúde insere-se o atendimento integral, com prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- d) O financiamento da seguridade social é feito por toda a sociedade e pela União, com exclusão dos estados e do DF e municípios.
- e) É vedada a participação de contribuições sociais sobre a receita de concursos de loteria no financiamento da seguridade social.

12. A respeito da ordem econômica e financeira nacional, assinale a opção correta.

- a) O princípio da soberania nacional econômica visa evitar a influência externa descontrolada na economia brasileira.
- b) É constitucional o tratamento jurídico desfavorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, em razão de ter sede e administração no país.
- c) Exige-se a autorização do poder público para o trabalho e o exercício de qualquer atividade econômica.
- d) A defesa do consumidor se classifica como direito fundamental individual, não se enquadrando, por isso, como um princípio da atividade econômica.
- e) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida irrestritamente, desde que respeitado o princípio da livre concorrência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

13. Considerando a jurisprudência do STF a respeito do direito de greve dos servidores públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência para analisar a legalidade de uma greve de servidores públicos de autarquias e fundações é da justiça comum, estadual ou federal, ainda que eles sejam regidos pela CLT.
- b) Servidor público em estágio probatório que participe de movimento grevista por mais de trinta dias será demitido, vez que o ato configura falta injustificada.
- c) O direito de greve é garantido aos servidores públicos sendo, contudo, vedado aos servidores atuantes na área de segurança pública.
- d) A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- e) o Poder Público deve descontar os dias de paralisação dos servidores grevistas, permitida a compensação de horários em caso de acordo.

14. À luz das alterações trazidas pela Lei n. 14.230/21, assinale a alternativa correta sobre a improbidade administrativa.

- a) O Ministério Público é o único legitimado ativo para propor ação de improbidade administrativa. Em relação àquelas propostas pela Fazenda Pública antes da alteração legislativa, o Ministério Público terá o prazo de 30 dias, contados da publicação da lei, para manifestar interesse em prosseguir com a ação.
- b) São legitimados para a propositura da ação de improbidade administrativa o Ministério Público e a Fazenda Pública.
- c) Frustrada a licitude de processo seletivo de parcerias, é permitida a responsabilização por improbidade baseada em dano presumido.

d) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à improbidade administrativa quando concluírem pela inexistência da conduta ou da autoria.

e) Nas ações de improbidade administrativa, após o protocolo da inicial, o juiz mandará autuar e notificar o requerido para apresentar defesa prévia.

15. A Lei Federal n. 12.846/2013 – Lei Anticorrupção –, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública. Nesse sentido, é incorreto afirmar que:

- a) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual dos seus dirigentes ou administradores.
- b) As sanções administrativas, uma vez aplicadas, excluem a obrigação da reparação integral do dano causado.
- c) A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais.
- d) A aplicação das sanções administrativas deve ser precedida de manifestação jurídica elaborada pela Advocacia Pública.
- e) Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto.

16. Com relação à responsabilização dos Prefeitos e Vereadores, prevista no Decreto-Lei 201/67, e o entendimento dos tribunais superiores sobre a matéria, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de responsabilidade previstos no art. 4º do Decreto-Lei 201/67 o agente público será apenado com prisão ou multa, a depender da gravidade do fato praticado.
- b) Nos crimes de responsabilidade as sanções serão aplicadas, via de regra, pelo poder judiciário.
- c) O prefeito municipal que se apropriar de bens públicos continua sujeito a processo pelo cometimento de crime previsto no art. 1º do Decreto-Lei 201/67, ainda que sobrevenha a extinção do mandato.
- d) O Prefeito denunciado pela prática de crime de responsabilidade não poderá ser notificado por edital, caso esteja ausente do Município.
- e) O prazo para conclusão do processo será de trinta dias, contados da notificação do acusado.

17. Acerca da intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta:

- a) A ocupação temporária é exemplo de intervenção supressiva.
- b) A desapropriação é modalidade de intervenção repressiva.
- c) A servidão administrativa não depende de registro em cartório para que produza efeitos *erga omnes*.
- d) A limitação de altura de prédios estabelecida no Plano Diretor Municipal é exemplo de limitação administrativa.
- e) A competência para o tombamento é privativa da União.

18. A Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro traz algumas normas de hermenêutica aplicáveis ao direito administrativo. Sobre a matéria, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- b) A responsabilidade do agente público por decisões será subsidiária com seu superior hierárquico.
- c) A edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.
- d) Na interpretação de normas sobre gestão pública devem ser considerados os obstáculos, as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- e) O agente público responderá pessoalmente por suas opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

19. Ato administrativo é a manifestação ou declaração unilateral de vontade da Administração Pública, agindo nesta qualidade, ou de particulares que estejam no exercício de prerrogativas públicas, em conformidade com o interesse público. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A competência é elemento vinculado e eventual vício não comporta convalidação.
- b) A decisão que remete sua fundamentação a outro documento é chamada motivação aliunde e amplamente aceita pela doutrina e jurisprudência.
- c) A forma é o modo de exteriorização do ato administrativo e, por tal razão, não se admite a prática de atos não escritos.
- d) Os atos normativos são internos e possuem a finalidade de organizar a atividade administrativa.
- e) A revogação do ato produzirá efeitos *ex tunc*.

20. Empresas estatais é a expressão utilizada para designar todas as entidades civis e comerciais que se encontram sob o controle acionário do Estado, englobando, principalmente, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e as demais sociedades controladas pelo Poder Público. Sobre as estatais, assinale a alternativa incorreta:

- a) É possível a existência de empresa estatal que não integre a Administração Pública Indireta.
- b) O acionista controlador da empresa estatal responderá pelos atos praticados com abuso de poder.
- c) Na empresa pública, cuja criação deve ser autorizada por lei, o capital social é integralmente detido pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) As sociedades de economia mista são formadas por capital público e privado, mas a maioria das ações com direito a voto deve pertencer ao ente federado.

e) É inconstitucional lei que submete a nomeação de dirigentes das empresas estatais à aprovação do Poder Legislativo.

21. Considerando as disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e o entendimento dos tribunais sobre licitações e contratos administrativos, assinale a incorreta:

- a) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista.
- b) A nova lei de licitações prevê, como critério de julgamento, o maior retorno econômico.
- c) Apenas a modalidade leilão admite o critério de “maior lance”.
- d) Em relação à alienação de bens pela Administração, será utilizada a modalidade leilão, exigindo-se autorização legislativa no caso de imóveis adquiridos em procedimentos judiciais.
- e) Na licitação para aquisição de bens, a Administração poderá indicar marca ou modelo, em decorrência da necessidade de padronização do objeto.

22. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores.

- a) De acordo com a teoria da responsabilidade objetiva é necessária a aferição do elemento subjetivo do agente (dolo ou culpa).
- b) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público não se sujeitam à responsabilidade objetiva.
- c) De acordo com o entendimento do STJ, a responsabilidade administrativa por dano ambiental é subjetiva.

d) O Estado poderá ser condenado a indenizar o particular nos casos de erro judiciário, prisão além do tempo fixado em sentença e demora na prestação jurisdicional.

e) O Estado responderá de forma subjetiva no caso de simples fato da obra.

23. Em relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

a) O poder normativo é a prerrogativa da Administração Pública para a edição de atos normativos gerais e abstratos, aplicáveis apenas aos agentes públicos.

b) A competência para edição de decreto autônomo pode ser delegada.

c) É possível que a autoridade delegue a competência para decisão de recursos administrativos.

d) A expedição de ordens não pode se dar através da edição de portaria.

e) O descumprimento de ordem superior é infração funcional punida com suspensão.

24. Em relação ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) As entidades do Sistema S sujeitam-se à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

b) A organização social deve apresentar, anualmente, relatório pertinente à execução do contrato de gestão.

c) Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Poder Judiciário.

d) Uma vez verificadas irregularidades nas contas prestadas por organização da sociedade civil, a

Administração determinará imediata instauração de tomada de contas especial.

e) A prestação final das contas apresentadas por organização da sociedade civil será feita em até sessenta dias da data do seu recebimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

25. O lançamento de obrigação tributária regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de

a) impugnação de terceiro autorizado.

b) recurso interposto pela procuradoria fiscal.

c) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no CTN.

d) interesse do sujeito passivo.

e) impugnação do sujeito ativo.

26. Assinale a alternativa incorreta:

a) No que diz respeito ao princípio da anterioridade e também aos tributos que se submetem a ela, no caso das medidas provisórias que aumentem ou majorem tributos no geral o termo inicial do prazo da anterioridade anual é a edição da própria medida provisória. Já quando o objeto da medida provisória foi a criação ou majoração de impostos o termo inicial da anterioridade anual é o da conversão em lei da medida provisória. Já o princípio da anterioridade nonagesimal, em qualquer dos casos, o termo inicial do prazo acontece a partir da edição da medida provisória.

b) A União não pode invocar ao seu favor a regra da imunidade recíproca contra o Distrito Federal quando este for lhe cobrar taxa de coleta de lixo.

c) Segundo o CTN, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

d) Na importação de mercadorias para o exterior, o fato gerador do ICMS ocorre no momento em que a mercadoria é embarcada para o exterior.

e) De acordo com o CTN, tratando-se de solidariedade, é inaplicável o benefício de ordem.

27. Quanto aos princípios da legalidade e da anterioridade tributária, analise as assertivas abaixo.

I - a anterioridade de exercício e a nonagesimal são aplicáveis a todos os tributos, de forma cumulativa, excetuadas hipóteses previstas taxativamente na Constituição;

II - a majoração de alíquota do ICMS, determinada por lei publicada em 1º de novembro de um ano, pode ser aplicada em 1º de janeiro no ano subsequente;

III - o princípio da legalidade tributária aplica-se a todos os tributos, mas se admite a alteração da alíquota de certos impostos federais, de caráter extrafiscal, desde sejam atendidas as condições e limites estabelecidos em lei.

Assim, está correto o que se afirma em

- a) As três afirmativas estão corretas;
- b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
- c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
- d) Todas as afirmativas são erradas;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

28. Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa incorreta com relação ao que está previsto no Código Tributário Nacional:

a) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso;

b) A anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário;

c) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;

d) Suspende a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

e) A transação é causa extintiva do crédito tributário;

29. Com relação à cobrança dos créditos tributários na falência, assinale a opção correta

a) O processo falimentar envolve o crédito tributário, mas exclui a multa tributária;

b) As execuções fiscais em curso serão suspensas com a decretação de falência, consoante a lei processual que disciplina a cobrança do crédito tributário;

c) A propositura de execução fiscal posterior à decretação de falência ocorrerá no juízo falimentar;

d) A decretação da falência interrompe o prazo de prescrição do crédito tributário;

e) Os créditos tributários serão adimplidos após realizado o pagamento dos créditos com garantia real, até o limite do apurado com os bens gravados

30. Sobre a competência tributária, esta correto:

I - Aplica-se retroativamente, por ser mais benéfica, lei tributária que institui isenção desde que o tributo não tenha sido pago;

II - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;

III - O Supremo Tribunal Federal adotou a corrente dicotômica referente a função da lei complementar no Direito Tributário;

IV - É possível delegar a competência tributária uma vez ao ano, por ocasião da produção da lei orçamentária;

V - Os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

- a) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- b) As proposições I, II e III estão incorretas;
- c) Apenas as proposições I e V estão corretas
- d) Apenas as proposições II e V estão corretas;
- e) Apenas as proposições III e IV estão incorretas.

31. Sobre vigência das normas complementares, de acordo com o código tributário nacional, é correto afirmar que:

- a) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 45 dias a contar da sua publicação;
- b) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor 30 dias após a data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
- c) Os convênios que entre si celebram a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor 30 dias após a data da sua publicação, salvo disposição em contrário.

d) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.

e) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas e as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor na data da sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.

32. Quanto à responsabilidade tributária, analise as assertivas abaixo e marque a correta:

- a) o mero inadimplemento permite o redirecionamento da obrigação tributária ao sócio administrador da empresa, equiparando-se a infração à lei.
- b) o adquirente é pessoalmente responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos;
- c) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra não é considerada responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- d) são pessoalmente responsáveis o síndico e o comissário, em relação aos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- e) na hipótese de falecimento, a responsabilidade pelos tributos devidos pelo de cujus será dos herdeiros, que respondem de forma integral e ilimitada pelos tributos devidos.

33. Sobre a preferência do crédito tributária, assinale a alternativa incorreta

a) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho;

b) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar, mas não preferem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

c) Para o Superior Tribunal de Justiça a decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art; 185 - A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

d) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de deu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento;

e) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

34. O Senado Federal tem importante papel na fixação de alíquotas mínimas e máximas de certos impostos previstos na Constituição Federal. Sobre o tema em comento, analise as alternativas abaixo e ao final assinale a opção correta:

I. O ISS terá alíquotas mínimas e máximas fixadas por Resolução do Senado Federal.

II. O IPVA terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

IV. Quanto ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros,

V. Cabe ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas do ITCMD.

São corretos:

a) I e II

b) II, III e IV

c) I, II e III

d) I, IV e V

e) III e IV

35. Sobre o ITBI é correto afirmar:

a) Incide sobre a transmissão gratuita ou onerosa de bens imóveis.

b) De acordo com o CTN, o contribuinte do ITBI é o comprador do imóvel.

c) Para o STJ, caso de imóvel arrematado em processo judicial, o cálculo do ITBI deve ser feito com base no valor da avaliação judicial.

d) A transmissão apta a ensejar a incidência do ITBI pode ser ainda de direitos reais sobre bens imóveis, incluindo os de garantia.

e) Para o STF a imunidade do ITBI não alcança valor de bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

36. No caso do ISS, é incorreto afirmar:

- a) Para o STF não incide ISS sobre o serviço de locação de bens móveis;
- b) De modo geral, o ISS é devido no local do estabelecimento do prestador ou, na falta de estabelecimento, no local de domicílio do prestador.
- c) Incide ISS e não IPI sobre serviço de manutenção em âmbito industrial sobre produto certo e determinado de propriedade de determinada pessoa.
- d) Não é possível utilizar para base de cálculo do ISS valor correspondente a circulação de mercadoria.
- e) Não deve incidir ISS sobre a exportação de serviços para o exterior.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

37. Segundo o Código de Processo Civil, a reclamação

- a) possui natureza de recurso.
- b) admite produção de provas em seu procedimento.
- c) impõe, em seu procedimento, a notificação do beneficiário da decisão impugnada, para prestar informações.
- d) é inadmissível após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- e) em seu procedimento, prevê que, se não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 20 (vinte) dias.

38. Considere as assertivas a seguir sobre o mandado de segurança.

- I. o mandado de segurança pode ser substitutivo de ação de cobrança.
- II. é admitida a condenação de honorários advocatícios, salvo exceções previstas na lei de mandado de segurança.
- III. concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.
- IV. segundo a teoria da encampação, haverá necessidade de manifestação adequada da autoridade coatora constante da petição inicial.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) III e IV.

39. Em uma ação na qual atuou a Defensoria Pública do Estado Delta, o juiz condenou o Estado Delta em honorários advocatícios. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa que comunga com o posicionamento do STJ:

- a) São devidos os honorários considerando o parâmetro da equidade.
- b) A Defensoria não possui direito aos honorários.
- c) Não são devidos porque a Defensoria atuou contra a pessoa jurídica de direito público integrante da mesma Fazenda Pública.
- d) O CPC veda expressamente a condenação de honorários nessa hipótese.
- e) Cada ente federativo deve regulamentar os honorários de sua respectiva Defensoria Pública.

40. Na interpretação do STJ a Assembleia Legislativa

- a) possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender qualquer interesse.
- b) possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- c) possui personalidade judiciária, podendo demandar em juízo para defender qualquer interesse.
- d) possui personalidade judiciária, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- e) Não possui personalidade jurídica, muito menos personalidade judiciária.

41. Assinale a alternativa que corresponde a enunciado de súmula vinculante.

- a) A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
- b) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- d) Na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.
- e) É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.

42. Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, nos casos de julgamento de repetitivos, é correto afirmar

- a) Se for pedido prosseguimento do processo, caberá ao Presidente do Tribunal se o processo estiver sobrestado em primeiro grau.
- b) Da decisão que decidir sobre a distinção caberá somente agravo de instrumento.
- c) A outra parte não será ouvida pelo juízo sobre o requerimento de prosseguimento do processo.
- d) A distinção é medida excepcional, cuja decisão depende de produção de prova.
- e) O requerimento será dirigido ao relator do acórdão recorrido, se for sobrestado recurso especial ou recurso extraordinário no tribunal de origem.

43. Assinale a alternativa que não traz uma hipótese de recurso no CPC.

- a) Agravo interno.
- b) Embargos de declaração.
- c) Agravo em recurso especial ou extraordinário.
- d) Recurso ordinário.
- e) Recurso Inominado.

44. A respeito da tutela de evidência, é correto afirmar que

- a) é possível sua concessão, mesmo nos casos em que a prova documental não seja suficiente e não exista abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.
- b) pode ser deferida quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;
- c) é necessária a comprovação de risco ao resultado útil do processo.
- d) não pode, em hipótese alguma, ser deferida liminarmente, em atenção ao princípio do contraditório prévio.
- e) em todas as hipóteses, é necessária a existência de jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal em consonância com o pedido do autor, aliada a algum fato ensejador de abuso do direito de defesa do réu.

45 É título executivo judicial, **EXCETO**:

- a) a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça;
- b) a sentença arbitral.
- c) a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.
- e) sentença penal condenatória transitada em julgado.

46. Em relação à ação rescisória,

- a) seu rol é meramente exemplificativo, abrangendo, na atual sistemática processual, os atos homologatórios praticados no curso da execução.
- b) Na hipótese de violar manifestamente norma jurídica, cabe ação rescisória contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
- c) O depósito que acompanha a petição inicial somente é dispensado aos tenham obtido o benefício de gratuidade da justiça, à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
- d) o Ministério Público pode ajuizá-la apenas se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
- e) seu objeto deve abranger necessariamente a decisão meritória em sua integralidade, e no caso de violar manifestamente norma jurídica poderá ser objeto apenas 1 (um) capítulo.

47. Sobre o que prevê o CPC acerca das provas, assinale a alternativa correta.

- a) É admissível a distribuição diversa do ônus da prova por meio de convenção das partes, mas sua celebração somente pode ocorrer durante o processo.
- b) Todas as vezes que a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar-lhe o teor e o conteúdo, além de sua vigência.
- c) Na hipótese do depoimento pessoal, quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e os elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recusa de depor.

d) A confissão é, em regra, divisível, não podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável, porém cindir-se-á quando o confitente a ela aduzir fatos novos, capazes de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.

e) O rol de testemunhas conterá, obrigatoriamente, o nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho.

48. Sobre a intervenção do ente público em ações possessórias, assinale a alternativa correta.

a) As discussões sobre domínio da Fazenda Pública somente podem ser lastreadas nas ações de reintegração de posse, quando for autor ou réu.

b) O ente público somente detém legitimidade para intervenção se provar que publicou ato normativo para impedir esbulho ou turbação.

c) Não possui legitimidade para promover intervenção incidental em ação possessória entre particulares.

d) Pode alegar qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

e) Segundo o STJ, não é possível o ente público alegar domínio, por incompatibilidade com as ações possessórias.

ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICADOS À FAZENDA PÚBLICA

Igor Maciel

49. Levando em consideração a Jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta:

a) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é pessoa jurídica equiparada à Fazenda Pública, que explora serviço de competência da União.

b) É aplicável às companhias estaduais de saneamento básico o regime de pagamento por precatório nas hipóteses em que o capital social seja majoritariamente público e o serviço seja prestado em regime de exclusividade e sem intuito de lucro.

c) A Constituição Estadual pode impedir que o Chefe do Poder Executivo interfira na atuação dos Procurados do Estado, seus subordinados hierárquicos.

d) O termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações eletrônicas, dá-se com a realizada pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário da Justiça.

e) É inconstitucional lei que preveja que o subsídio dos Procuradores será equivalente a um percentual do subsídio dos Ministros do STF.

50. Em relação à Lei 6.830/80, assinale a alternativa correta:

- a) Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública somente aquela definida como tributária, na Lei nº 4.320/1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- b) A Dívida Ativa da Fazenda Pública abrange atualização monetária, juros e multa de mora, porém não abrange encargos previstos em contrato.
- c) A inscrição, que se constitui no ato de citação do devedor, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- d) A execução fiscal não poderá ser promovida contra a massa.
- e) Na execução fiscal, far-se-á a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.

51. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta, de acordo com a Lei 12.153/2009:

- a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- b) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de execuções fiscais.
- c) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens

móveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

d) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

e) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 dias.

52. Acerca das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, salvo dos honorários de advogado.
- b) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- c) Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.
- d) A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.
- e) Ao titular do cargo de procurador de autarquia não se exige a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em Juízo.

53. Quanto aos aspectos processuais da Fazenda Pública, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

a) A Fazenda Pública, quando parte no processo, não se sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

b) O INSS não está obrigado a efetuar depósito prévio do preparo por gozar das prerrogativas e privilégios da Fazenda Pública.

c) Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente ou via edital.

d) Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até 10% sobre o valor atualizado da causa, e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, inclusive da Fazenda Pública.

e) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará o percentual mínimo de 10% e máximo de 20% sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 300 salários-mínimos.

54. Sobre a Ação Civil Pública, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

() Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias e ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.

() Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

() Poderá o juiz conceder mandado liminar, desde que com justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

a) F, V, V

b) V, F, F

c) V, F, V

d) F, V, F

e) F, F, V

55. No tocante à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

a) A responsabilidade civil do Estado pela morte de detento sob sua custódia é subjetiva, com base na teoria do risco administrativo.

b) É subjetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, em se tratando de danos causados a terceiros não usuários desse serviço.

c) O STJ tem o entendimento majoritário de que o prazo prescricional para a propositura da ação indenizatória é de 3 anos contados da ocorrência do evento danoso.

d) A responsabilidade civil do servidor público pela prática, no exercício de suas funções, de ato que acarrete prejuízo ao erário pode decorrer tanto de ato omissivo quanto de ato comissivo, doloso ou culposo.

e) Segundo STJ, a responsabilidade do Estado por dano ao meio ambiente decorrente de sua omissão no dever de fiscalização é de caráter e execução solidários.

56. Em relação ao mandado de injunção, assinale a alternativa correta:

- a) Quando o documento necessário à prova do alegado encontrar-se em repartição ou estabelecimento público, em poder de autoridade ou de terceiro, havendo recusa em fornecê-lo por certidão, no original, ou em cópia autêntica, será ordenada, a pedido do impetrante, a exibição do documento no prazo de 10 (dez) dias, devendo, nesse caso, ser juntada cópia à segunda via da petição
- b) É cabível mandado de injunção para regulamentar direito à progressão na carreira militar.
- c) No mandado de injunção coletivo, a sentença fará coisa julgada erga omnes.
- d) O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 60 dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.
- e) Não é cabível mandado de Injunção para que se apliquem, aos militares estaduais, as normas que regulamentam o adicional noturno dos servidores públicos civis, ainda que o direito a tal parcela esteja previsto na Constituição Estadual.

57. Em relação ao mandado de segurança, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue as disposições abaixo:

I – Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

II – Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de

servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

III – Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

IV – No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 horas.

Estão corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

58. Levando em consideração os entendimentos jurisprudenciais mais recentes do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) É possível submeter ao rito dos Juizados Especiais Federais as causas que envolvem fornecimento de medicamentos/tratamento médico, cujo valor seja de até 60 salários-mínimos, ajuizadas pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública em favor de pessoa determinada.
- b) É possível conceder a antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública para obrigá-la ao fornecimento de medicamento.
- c) O chamamento ao processo da União, nas demandas propostas contra os demais entes federativos responsáveis para o fornecimento de medicamentos ou prestação de serviços de saúde, não é impositivo.

d) O valor da multa cominatória imposta em razão do descumprimento da obrigação de fornecer tratamento e medicamentos adequados ao portador de doença grave deve ser revertido em favor do credor independentemente do recebimento de perdas e danos.

e) A responsabilidade dos entes federativos nas ações que buscam o fornecimento de medicamentos é solidária, devendo eles figurarem no polo passivo em conjunto.

59. Sobre o cumprimento de sentença pela Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

a) Havendo pluralidade de exequentes, deverão apresentar demonstrativo em conjunto.

b) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 dias e em autos apartados, impugnar a execução.

c) A Fazenda Pública, ao impugnar a execução, não poderá arguir incompetência relativa do juízo da execução.

d) Considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

e) A Fazenda Pública, ao impugnar a execução, não poderá arguir nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.

60. No tocante à improbidade administrativa, com base na sua nova disciplina, assinale a alternativa correta:

a) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicam à pessoa que apenas se beneficiar de forma indireta do ato, sem induzir ou concorrer dolosamente para a prática.

b) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente, utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º da Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

c) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, ainda que sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

d) Também configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

e) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado, em regra, respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Sobre o domicílio, é correto afirmar que:

- a) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado domicílio para os atos nele praticados o primeiro a ser constituído;
- b) o domicílio dos Territórios será o Distrito Federal;
- c) o domicílio do marítimo é o local onde o navio estiver matriculado;
- d) o agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado na capital do último ponto do território brasileiro onde o teve;
- e) têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, a pessoa jurídica, o marítimo e o preso.

62. Manuel passa em frente à casa de Silas todos os dias para ir trabalhar. Toda vez que passa pelo local, Manuel provoca o cachorro de Silas, que fica preso próximo ao portão, deixando o animal muito irritado. Certo dia, ao passar pelo portão, Manuel provocou novamente o cachorro colocando a mão para dentro do portão, mas o animal se irritou tanto que o quebrou e atacou Manuel, arrancando parte da sua mão.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Silas deverá indenizar Manuel, pois a responsabilidade por fato de animal é objetiva, não admitindo excludente de responsabilidade;
- b) Silas não será responsabilizado se provar que a culpa pelo dano é da vítima, Manuel;
- c) a responsabilidade de Silas é subjetiva, devendo Manuel provar que ele agiu com culpa ao deixar o animal se soltar;

d) trata-se de culpa concorrente, pois Silas é responsável pelo animal ter quebrado o portão e Manuel responsável por colocar a mão no portão e provocar o animal;

e) a responsabilidade de Silas é subjetiva, admitido como única excludente de responsabilidade a força maior.

63. Lei nova regulou inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) a lei anterior não foi revogada, pois só é permitida a revogação expressa;
- b) caso a lei nova seja revogada, sem nova regulação, a lei anterior se restaura, voltando a vigor, de modo a evitar a lacuna normativa;
- c) caso sejam feitas correções no texto da lei, após sua entrada em vigor, não será considerada lei nova;
- d) não dispendo outro prazo, a lei nova entrará em vigor em quarenta e cinco dias, depois de sua publicação oficial;
- e) no estrangeiro, a lei nova será obrigatória após noventa dias depois de oficialmente publicada.

64. Alberto, executivo renomado, casado com Paula, foi viajar a trabalho para outro país. Contudo, seu voo não chegou ao destino, pois o avião caiu no oceano. O corpo de Alberto não foi encontrado. Com base no caso assinale a alternativa correta:

- a) pode ser declarada a morte presumida de Alberto, sem decretação de ausência, somente podendo ser requerida depois de esgotadas as buscas;
- b) poderá ser decretada a morte presumida de Alberto após a declaração da ausência, assim que a lei autorizar a abertura da sucessão definitiva;
- c) o juiz deverá decretar a ausência e nomear curador para a administração os bens do ausente, que será seu cônjuge, desde que não esteja separada de fato há mais de dois anos;
- d) será considerada como data do falecimento de Alberto o dia em que forem encerradas as buscas;
- e) a sentença declaratória de morte presumida será averbada em registro público.

65. Sobre os direitos de personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, sem exceção;
- b) é válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
- c) pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, cessando-se a proteção dos direitos de personalidade com a morte;
- d) o pseudônimo adotado goza da mesma proteção que se dá ao nome;

e) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

66. Mateus e Lucas estava apostando corrida na rua com seus carros, o conhecido “racha”. Ao passar por uma via movimentada, ambos perderam o controle dos carros e atingiram uma loja, atravessando a parede e ferindo gravemente três pessoas que estavam no local. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Mateus e Lucas são subsidiariamente responsáveis pelos danos causados;
- b) caso Mateus venha a falecer no curso do processo, o direito de exigir a reparação não se transmitirá com a herança;
- c) caso uma das vítimas venha a falecer, a indenização consistirá no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima, sem repercussão moral;
- d) a indenização será medida pela gravidade do dano;
- e) Mateus e Lucas deverão indenizar os ofendidos das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além dos demais prejuízos que o ofendido prove haver sofrido.

67. Sobre a formação dos contratos, é correto afirmar que:

- a) a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta;
- b) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Não se considera presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante;
- c) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta imediatamente;
- d) a oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos, não podendo ser revogada;
- e) mesmo se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, não se reputará concluído o contrato, pois a lei não admite aceitação tácita.

68. De acordo com o Código Civil, velará pelas fundações:

- a) o Ministério Público Federal.
- b) o Ministério Público Federal, se funcionarem no Distrito Federal ou em Território.
- c) se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo ao Ministério Público do Estado em que primeiro tiver sido registrada a fundação.
- d) o Ministério Público do Estado onde situadas, em qualquer caso e ainda que conjuntamente, se estenderem suas atividades por mais de um Estado, à exceção do Distrito Federal e Territórios, no qual atuará o Ministério Público respectivo.
- e) o Poder Público Municipal ao qual vinculada a sede da fundação.

69. Em relação à prescrição, é correto afirmar que:

- a) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por até duas vezes;
- b) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por quantas vezes couber;
- c) ela somente pode ser alegada como matéria preliminar em ação judicial, não ocorrendo durante o trâmite processual;
- d) a sua interrupção poderá ocorrer uma única vez, sendo vedada a sua repetição para além dessa única vez, conforme previsão legal expressa;
- e) apenas o despacho do juiz competente é capaz de interromper a prescrição.

70. Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Em relação a esse tipo de contrato, é correto afirmar que:

- a) o consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável;
- b) a coisa consignada pode ser objeto de penhora ou seqüestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço;
- c) o consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição;
- d) é contrato gratuito;
- e) uma vez entregue os bens móveis objeto do contrato estimatório, o consignatário não mais pode restituir ao consignante a coisa consignada.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho

Alternativas

- a) será computado na jornada de trabalho se o empregador fornecer o meio de transporte.
- b) será considerado tempo à disposição do empregador se o local for de difícil acesso e o empregador fornecer o meio de transporte.
- c) não será computado na jornada de trabalho, mas será devidamente remunerado se o local for de difícil acesso.
- d) não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
- e) será computado na jornada de trabalho, se o local for de difícil acesso, mas a remuneração vai depender de negociação coletiva.

72. A Consolidação das Leis do Trabalho dispõe, no Art. 462, que "Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo". A referida norma veda o:

Alternativas

- a) Direito de greve.
- b) Salário in natura.
- c) Denominado lock out.
- d) Denominado truck system.
- e) Nenhuma das anteriores.

73. No tocante à jornada de trabalho e, de acordo com a legislação vigente, considere:

I. Empregado e empregador poderão estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas, por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

II. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

III. É facultada às partes no contrato de emprego, a compensação da jornada de trabalho, sendo que a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I e II, apenas

74. O legislador brasileiro vinculou o contrato de trabalho à relação de emprego ao defini-lo na CLT e, em razão disso, há necessária cumulação de alguns elementos para sua caracterização. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela cujo elemento é desnecessário nessa cumulação para sua caracterização:

Alternativas

- a) Pessoalidade.
- b) Assinatura contrato (CTPS).
- c) Onerosidade.
- d) Subordinação.
- e) Habitualidade na prestação do serviço.

75. Caso a empresa prestadora de serviços a terceiros não pague salários aos seus trabalhadores no período em que ocorrer a prestação de serviços para a contratante, a responsabilidade da empresa contratante será

Alternativas

- a) inexistente, cabendo a responsabilidade exclusivamente à empresa prestadora de serviços a terceiros.
- b) solidária.
- c) subsidiária.
- d) subsidiária, mas não abrange a multa prevista no art. 477 da CLT.
- e) exclusiva, não cabendo nenhuma responsabilidade à empresa prestadora de serviços a terceiros.

76. Considerando os expressos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, os empregados cujos contratos tenham a transferência como condição explícita podem ser transferidos para localidade diversa daquela que resultar do contrato,

Alternativas

- a) quando referida transferência decorre de real necessidade de serviço.
- b) desde que percebam salário superior ao dobro do limite máximo dos benefícios da Previdência Social.
- c) independentemente de qualquer circunstância, pois se trata de jus variandi do empregador.
- d) desde que haja autorização expressa em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- e) independentemente de qualquer circunstância, tendo em vista a previsão no contrato de trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

77. De acordo com o texto expresso na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são isentos do depósito recursal:

- a) Entidades sem fins lucrativos.
- b) Empregadores domésticos.
- c) Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- d) Empresas em recuperação judicial.
- e) Nenhuma das anteriores.

78. Nas causas sujeitas ao rito ordinário, será admitido recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas originariamente pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

- a) violação à CLT.
- b) divergência estabelecida entre as turmas do TST.
- c) contrariedade a súmula vinculante do STF.
- d) contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.
- e) nenhuma das anteriores.

79. Assinale a alternativa INCORRETA

- a) Na justiça do trabalho, segundo entendimento consolidado pelo TST, é tido como extemporâneo o recurso interposto antes de ser publicado o acórdão impugnado.
- b) Das decisões definitivas ou terminativas de vara do trabalho cabe recurso ordinário para o respectivo tribunal regional do trabalho, com efeito exclusivamente devolutivo, admitindo-se, contudo, a obtenção de efeito suspensivo através de ação cautelar.
- c) A sentença normativa proferida no dissídio coletivo, por não ter natureza condenatória, não comporta execução, ensejando ação de cumprimento.
- d) A petição inicial trabalhista, entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio e o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.
- e) O princípio da transcendência ou do prejuízo determina não haver nulidade processual sem prejuízo manifesto às partes interessadas.

80. A respeito da execução no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- b) Serão executadas, desde que a pedido do INSS, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida por juízes e tribunais do trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- c) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que assim for designado por determinação do Presidente do

Tribunal Regional do Trabalho a que o primeiro estiver vinculado.

- d) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou, de ofício, pelo Ministério Público do Trabalho.
- e) Nenhuma das anteriores.

81. Assinale a alternativa INCORRETA.

Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário decisão contrária à Fazenda Pública:

- a) salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 1.000 (mil) salários mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- b) salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 500 (quinhentos) salários mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados.
- c) salvo quando fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- d) salvo quando fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- e) nenhuma as anteriores.

82. Assinale a alternativa INCORRETA:

Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

- a) a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho
- b) o prazo em dôbro para todas as manifestações.
- c) o recurso ordinário "ex officio" das decisões que lhe sejam totalmente contrárias.
- d) o recurso ordinário "ex officio" das decisões que lhe sejam parcialmente contrárias.
- e) a dispensa de depósito para interposição de recurso.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

83. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida:

- a) Em decreto federal.
- b) Em lei federal.
- c) Na Constituição Federal.
- d) Em portaria da comissão nacional de energia elétrica.
- e) Em lei estadual.

84. A competência legislativa para tratar de florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, é:

- a) Comum a todos os entes da federação.
- b) Exclusiva da União.
- c) Exclusiva dos Estados e DF.
- d) Conjunta entre Estados, DF e Municípios.
- e) Concorrente entre União, Estados e DF.

85. Assinale a alternativa que indica unidades de conservação do grupo de proteção integral.

- a) Estação ecológica, reserva biológica e área de proteção ambiental.
- b) Parque nacional, reserva extrativista e reserva de fauna.
- c) Monumento natural, refúgio da vida silvestre e estação ecológica.
- d) Área de relevante interesse ecológico, floresta nacional e parque nacional.
- e) Reserva particular do patrimônio natural, estação ecológica e reserva biológica.

86. A área mínima de reserva legal, em imóvel rural localizado na Amazônia Legal, em área de cerrado, é de:

- a) 35%.
- b) 80%.
- c) 50%.
- d) 20%.
- e) 30%.

87. O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é:

- a) O Ministério do Meio Ambiente.
- b) O Conselho de Governo.
- c) O IBAMA.
- d) O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- e) Os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

88. Acerca da desapropriação sancionatória urbana, tratada no Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta.

- a) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- b) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até vinte anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
- c) O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de três anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
- d) O valor real da indenização computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
- e) O aproveitamento do imóvel deverá ser efetivado diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a alienação ou a concessão a terceiros.

89. Assinale a alternativa correta quanto ao instituto da servidão ambiental.

- a) Ainda não foi previsto no ordenamento jurídico pátrio.
- b) A servidão ambiental será sempre gratuita.
- c) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos.
- d) A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Extrativista.
- e) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado no órgão ambiental estadual.

90. Não corresponde a um fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela lei nº 9.433/97.

- a) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
- b) A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- c) A água é um bem de domínio público.
- d) O Município é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- e) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

91. Segundo a Lei n. 4.320 de 1964, NÃO integrará ou acompanhará a Lei Orçamentária Anual:

- a) autorização para a alienação de bem imóvel pertencente ao Estado.
- b) sumário geral da receita por fontes e respectiva legislação.
- c) quadro discriminativo da receita por fontes.
- d) quadro das dotações por órgãos do Governo.
- e) quadro demonstrativo da receita.

92 . Considerando-se o Direito Financeiro na Constituição de 1988, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estão compreendidas na lei

- a) do orçamento anual.
- b) orgânica.
- c) de responsabilidade fiscal.
- d) de diretrizes orçamentárias.
- e) do plano diretor.

93. É considerada uma fonte secundária do Direito Financeiro:

- a) Constituição Federal.
- b) Resoluções.
- c) Leis Complementares.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Medida Provisória.

94. A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida pela Constituição de 1988 e contou com um importante reforço da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a LRF, a LDO deve:

- a) dispor acerca de critérios para equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) ser acompanhada das medidas de compensação a renúncias de receita.
- c) ser acompanhada das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- e) incluir demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.

95. Considerando-se as fontes do Direito Financeiro, a atividade financeira do Estado obedece a regras específicas contidas em diferentes instrumentos normativos. A respeito dessas regras, é correto afirmar que

- a) estão previstas na Constituição Federal, em leis complementares, em leis ordinárias, em normativos infraconstitucionais e em recomendações dos tribunais de contas.
- b) estão previstas apenas na Constituição Federal, que traz o conjunto suficiente de regras aplicáveis à atividade financeira do Estado.
- c) estão previstas apenas em leis complementares, dada a natureza geral dessas regras.
- d) são decorrência das práticas reiteradas da Administração Pública ao longo dos anos, não se apresentando de forma sistemática em nenhum instrumento jurídico.
- e) seguem apenas as regras estabelecidas por cada ente federativo levando em consideração a sua própria realidade local.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

96. Carlos, produtor rural, não está inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) como empresário, mas está em dia com a Declaração de Informações Fiscais de Pessoa Jurídica (DIPJ). Para requerer a recuperação judicial deverá comprovar o exercício de sua atividade há mais de

- a) 1 ano.
- b) 5 anos.
- c) 2 anos.
- d) 3anos
- e) Carlos não poderá pedir recuperação judicial nessas condições.

97. O endosso e aval são atos típicos dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito dos atos cambiários, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) O aval não admite a forma parcial.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.
- e) O aval posterior ao vencimento é considerado tardio.

98. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

- a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.
- b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.

c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.

d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.

e) no cheque, o aval deve ser dado, exclusivamente, no verso do título.

99. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) As quotas podem ser iguais ou desiguais.
- b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.
- d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.
- e) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades cooperativas.

100. Assinale a alternativa correta.

- a) O conselho de administração é órgão obrigatório apenas em companhias fechadas.
- b) O voto não é direito essencial do acionista.
- c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.
- d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.
- e) Nenhuma das anteriores.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-04-12-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
